

AVALIAÇÃO DA POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM MACROPÓLOS CONFORME O POLÍGONO INDUSTRIAL: O MACROPÓLO DE BELO HORIZONTE¹

Ana Márcia Rodrigues da Silva²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo, avaliar a pobreza e desigualdade em alguns macropólos (LEMOS *et al.*,2003) comuns e não comuns ao polígono industrial (DINIZ, 1993). O estudo procura evidenciar os desequilíbrios e desigualdades regionais nos macropólos selecionados (dentre eles o de Belo Horizonte) com base nos conceitos de polarização. Para o alcance dos objetivos será utilizada uma metodologia descritiva, bem como um modelo de regressão múltipla utilizando dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991/2000). A partir daí serão feitas as considerações finais, tendo em vista a influência da análise para a caracterização urbana e regional do desenvolvimento.

Palavras-Chave

Polarização, Pobreza, Belo Horizonte.

Abstract

This work aims to, assess poverty and inequality in some macropólos (LEMOS *et al.*, 2003) common and not common to industrial (DINIZ, 1993). The study seeks highlight the imbalances and inequalities in regional macropólos selected (among them that of Belo Horizonte) based on the concepts of polarization. To reach the goals will be used a methodology descriptive, as well as a multiple regression model using data from the Atlas of the Human Development in Brazil (1991/2000). From then will be the final consideration, in view of the influence of analysis for the characterization urban and regional development.

Keywords

Polarization, Poverty, Belo Horizonte.

¹ Artigo submetido à sessão temática Economia Mineira: E3 – Características Urbanas e Regionais do Desenvolvimento Mineiro.

² Mestranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia – Instituto de Economia (IE) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Introdução

O crescimento não ocorre ao mesmo tempo em toda parte. Ele frequentemente manifesta-se em pólos de crescimento que possuem diversas maneiras de expansão. As discrepâncias durante esse processo são veementes. Assim, as desigualdades regionais de renda e riqueza resultam principalmente da tendência à concentração, inescapável no processo capitalista, o que influi diretamente a dinâmica urbana.

Diante disso, este artigo procura avaliar a pobreza e desigualdade de renda em alguns “pólos de crescimento” de acordo com a classificação de DINIZ (1993) e LEMOS *et al.* (2003), traçando evidências do macropólo de Belo Horizonte. Para tal estudo são utilizados dados do Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil considerando os anos de 1991 e 2000.

Assim, o trabalho foi dividido em três seções. Na primeira busca-se apontar os desequilíbrios e desigualdades regionais com base nos conceitos de polarização. A segunda seção é subdividida em duas subseções. Inicialmente, procura-se estabelecer o conceito de pobreza e sua relação com o crescimento econômico; logo após são apontadas as desigualdades regionais como componente relevante da desigualdade de renda.

A terceira seção visa caracterizar abordagem do desenvolvimento poligonal, bem como a divisão do território em macropólos, com o objetivo de estabelecer uma análise avaliativa da pobreza de acordo com tais aportes teóricos. Para isso, subdivide-se em quatro subseções. Deste modo, em primeiro lugar, são apontadas as duas vertentes teóricas, seguidas da metodologia de análise. Na terceira, subseção são apresentados os resultados da avaliação e logo após um modelo de regressão para o macropólo de Belo Horizonte. Finalmente, o último tópico trará as considerações finais deste estudo, tendo em vista suas limitações.

1 Economia regional e Polarização: desequilíbrios e disparidades regionais

Primeiramente, vale fazer uma distinção entre Economia Espacial e Economia Regional, pois elas são vitais para a compreensão da incorporação de atividades pelas regiões. Conforme FERREIRA (1989), a primeira relaciona-se à ponderação da “questão ‘o que’ está ‘onde’ e ‘por quê’”. A Economia Regional cuida da “diferenciação e inter-relação de áreas em um universo”, em que os recursos não são distribuídos de maneira equitativa. Deste modo, de acordo com essa abordagem, a Economia Regional procura analisar o “fenômeno espacial” de maneira a obter alocações eficientes de recursos.

Para a análise da Economia Regional, é conveniente destacar um conceito básico, ou seja, o elemento região. O conceito de região é composto de dinamismo, caracterizado por espaços econômicos e geoeconômicos. Os espaços econômicos são classificados em homogêneos, polarizados ou definidos por um plano (programa), assim como as regiões que são classificadas em homogêneas, polarizadas e de planejamento (FERREIRA, 1989).

Conforme o autor, as desigualdades regionais de renda e de riqueza, não são originárias do descaso teórico com a economia espacial, porém resulta da tendência a concentração, centralização e aglomeração geográfica, que são frutos da organização capitalista de produção. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico de uma nação capitalista parece seguir uma tendência de difusão geográfica que pode chegar a se concentrar, seguindo um padrão de desigualdade regional. Assim, é importante notar que:

(...) as desigualdades regionais de renda e riqueza se agravam e se amenizam em ciclos e fases históricas que se sucedem concentrando e dispersando o desenvolvimento sem, contudo, garantir uma tendência inquestionável da reversão da concentração das atividades econômicas no espaço geográfico, ou provar a inexorabilidade das desigualdades (FERREIRA, 1989, P.57).

O grau de dimensão das diversidades regionais depende da divisão do espaço nacional em regiões. Dessa forma, os indicadores se mostram melhores ou piores, conforme a divisão estabelecida. O Brasil é um grande representante de desequilíbrios regionais. As disparidades

sociais, tanto em termos relativos como absolutos, entre o Norte, Nordeste e Centro-Sul, por exemplo, são amplas. O fato culminante é que as atividades socioeconômicas estão concentradas em alguns pontos do espaço.

A distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre os subespaços ou regiões de uma nação na maioria das vezes é deteriorada no decorrer dos anos, com um significativo distanciamento entre as regiões periféricas e dominantes.

De acordo com SANTOS (1996), ao imaginar duas regiões com as mesmas virtualidades físicas, a melhor equipada cientificamente, é a que será capaz de oferecer melhor relação entre investimento e produto. Em uma região desprovida de meios, a mobilização de recursos será mais medíocre. As novas formas criadas a fim de responder as necessidades renovadas, tem se mostrado mais rígidas e exclusivas, em um ambiente que passa de uma cidade plástica, a rígida.

Quando se acelera o processo interativo, aumenta a concorrência intra e inter-territorial. Os mercados localizados são expostos à pluralidade, o que multiplica as interdependências e as complementaridades regionais. As causas de ineficiência da mobilidade alocativa de recursos escassos no espaço e sua distribuição desigual sobre o território, são objetos de estudos da Ciência Regional (BRANDÃO, 2007).

De acordo com BRANDÃO (2007), o espaço é o local geográfico da “ação libertadora”, visto que a configuração espacial é responsável por refletir a hierarquia posta pela sociedade, juntamente com as relações entre o urbano e o rural. O território passa a ser visto como o grande artefato repositório, condensador e regulador da analogia com propriedade no sentido de sintetizar e estabelecer projetos sociais e políticos. O território, logo é transformado em um agente coletivo, difuso e neutro. Um diagnóstico de natureza territorial deveria mostrar os conflitos e convenções postas, além de recorrer a região ou a cidade inserida no contexto mesorregional, estadual, nacional, entre outros, visando identificar os nexos de complementaridade econômica.

Sendo assim, as políticas de desenvolvimento de melhor resultado são aquelas que enfocam as ações multiescalares, configurando-se em ações microrregionais, mesorregionais, metropolitanas, e que reconstruem as escalas espaciais mais apropriadas ao problema específico a ser diagnosticado e combatido.

O crescimento não ocorre ao mesmo tempo em toda parte. Ele manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, que possuem grau de intensidade distinto e que se expandem por diversos canais com efeitos finais variáveis sobre a economia como um todo (PERROUX, 1977).

Feitas essas considerações, HIRSCHMAN (1977) aborda que existem forças poderosas causadoras de concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia. A necessidade do aparecimento de “pólos de crescimento” durante o processo de desenvolvimento denota que as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento, são vistas como inerentes ao processo de crescimento. Assim, em um sentido estritamente geográfico, o crescimento é tomado como desequilibrado, o que provoca tensões, pressões e coerções ao crescimento de outros pontos, ao passo que, caso os referidos pontos pertençam à mesma área de crescimento, será diagnosticada a transmissão irrelevante do mesmo.

Uma vez fortalecido o crescimento em uma parte do território nacional, o mesmo, coloca em movimento as forças de atuação nas demais localidades. Contudo, efeitos desfavoráveis da polarização podem ocorrer. Aqui vale destacar os efeitos de fluência e polarização, visto que os primeiros são favoráveis enquanto os últimos não. Caso as forças de mercados conduzam a uma prevalência temporária destes últimos, deverá ser implementada uma política deliberada para corrigir tal situação.

Nas últimas décadas duas tendências têm marcado o processo de desenvolvimento regional e urbano brasileiro e da Região Sudeste, modificando o contexto do desenvolvimento econômico e urbano dessas regiões. A primeira tendência diz respeito aos movimentos de concentração e reconcentração espacial da produção no Brasil, que marcaram a região Sudeste e trouxeram impactos significativos nessas regiões, localizadas no entorno do estado de São Paulo. A

segunda refere-se às mudanças no padrão de urbanização, que são intensas na Região Sudeste (MARTINS, *et al.*, 2007).

2 Pobreza e desigualdade regional no Brasil

2.1 Algumas abordagens quanto ao conceito de pobreza e sua relação com o crescimento econômico

Estabelecidas as considerações a respeito das desigualdades regionais em concordância com a concentração e aglomeração urbana, para se atingir o objetivo primordial deste trabalho, é necessário, passar por algumas abordagens acerca do conceito de pobreza, bem como, algumas evidências no que diz respeito às proporções que ela alcança.

A pobreza é normalmente definida como um estado de carência quanto à aquisição de renda para suprir as necessidades de consumo (RAVALLION, 2004). Assim, limita os indivíduos ou população quanto à obtenção de itens essenciais tais como: alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. As definições acerca de pobreza se enquadram em três categorias: pobreza absoluta³, pobreza relativa⁴ e pobreza subjetiva⁵ (HAGENAARS e DE VOS, 1988) *apud* (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006). Segundo KAGEYAMA E HOFFMANN (2006):

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A identificação dos pobres, segundo a definição adotada, e a medida agregada da extensão da pobreza numa sociedade têm constituído um campo de pesquisa tão amplo quanto antigo (...) (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006, pp 80).

Em 1980, Sen expande suas noções referentes à pobreza relativa e absoluta. A pobreza, como privação absoluta, caracteriza-se por existir carências generalizadas de elementos notadamente indispensáveis à sobrevivência. Contudo, essa percepção se depara com dificuldades metodológicas, baseadas na inexistência de um consenso sobre quais sejam as necessidades essenciais e os níveis de atendimento considerados satisfatórios.

Diante disso, conforme DUCLOS e ARRAR (2002), Sen introduz a idéia de que o padrão ou qualidade de vida não é mensurado pela posse de um conjunto de bens, nem mesmo por sua utilidade, mas pelas “*capabilities*” dos indivíduos em utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade. O conceito de pobreza, então, assume uma forma relativa no que tange a quais bens são considerados indispensáveis para viver em determinada sociedade, mas tem um componente absoluto central referente às capacidades.

Por outro lado, as definições de pobreza subjetiva podem ser de dois tipos: pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo daquele que consideram que seria o “exatamente suficiente” para viver; uma outra abordagem que tenta conciliar a pobreza subjetiva com a idéia de “*basic needs*” propõe que se indague às pessoas o que elas consideram como necessidades básicas e depois se compare esse valor com sua renda disponível. Nesse sentido, há um componente relativo (ao tempo e às diversas áreas geográficas) mesmo nas medidas absolutas de pobreza.

De acordo com KUKLYS (2005), ao desenvolver a noção de “*capability*” em 1980, Sen procura avaliar o bem-estar dos indivíduos utilizando as denominadas “*functionings*” básicas, que podem ser medidas em termos individuais ou agregados (sociais). Assim, desde 1990, as Nações Unidas têm adotado a idéia de capacidades aproximadas com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que procura mensurar o desenvolvimento de um país por meio de expectativa de vida e educação, considerando aspectos materiais de bem-estar.

Ao se determinar a pobreza, vale lembrar a importância de se compreender que este fenômeno não pode ser dissociado do aparelho sócio-econômico em que se enquadra. É necessário, portanto, estar relacionado com suas origens histórico-estruturais, à distribuição da propriedade e da renda e à concentração do poder político e econômico. Só a partir da consideração desses aspectos

³ Pobre é a aquele que tem menos que um mínimo objetivamente definido.

⁴ Pobre é aquele que tem menos do que os outros na sociedade.

⁵ Pobre é aquele que sente que não tem o suficiente para continuar.

relevantes é que se construirão condições para investigação das verdadeiras causas da pobreza e das possíveis maneiras de erradicá-la.

No Brasil a população de pobres é mais acentuada em áreas rurais, onde 39% se configuravam como pobres em 1990. Não obstante, existe um componente regional, onde as proporções de pobres estão mais evidentes no Nordeste e Norte do país, diminuindo em direção ao Sul e Centro-oeste (ROCHA, 1996).

2.2 Desigualdades regionais como componente relevante das desigualdades de renda

A desigualdade entre as regiões é um componente importante da desigualdade da distribuição da renda no Brasil. O Nordeste se destaca como a região com maior desigualdade. O Sul e o Estado de São Paulo apresentam as medidas de desigualdade menos elevadas. Um estudo realizado (ano de 1997) por HOFFMANN (2000) mostra que ao considerar seis regiões do Brasil: Norte; Nordeste; Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; São Paulo; Sul; e Centro-Oeste, observa-se que a desigualdade existente dentro de qualquer uma das seis regiões é muito maior do que a desigualdade entre as regiões.

De acordo com esse autor, não há dúvida de que a escolaridade é um bom determinante no que diz respeito ao rendimento das pessoas. Para ele, a educação é vista como um dos caminhos voltados para a ascensão social, sendo, portanto, uma condição necessária. Por outro lado, PARREIRAS (2006) procura contrapor a visão dominante introduzindo uma abordagem estruturalista pela qual conclui que anos de estudo, por si só não contribuiria para a redução das desigualdades no país.

No que diz respeito à segmentação regional, a renda do trabalho tende a ser menor no Nordeste. Os salários são maiores no Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e nos estados do Sul. O que se pode verificar é que as áreas rurais estão associadas a menores salários ao se comparar com as áreas urbanas (BARROS, *et al.*, 2000).

Em um estudo realizado por pesquisadores do IPEA⁶, é evidenciado que investimentos em infra-estrutura pública possuem um papel significativo quando se trata da redução entre as diferenças entre Sudeste e o Nordeste brasileiro. Os resultados do estudo sugerem que tais investimentos juntamente com educação, podem ajudar na redução das desigualdades regionais no Brasil.

Segundo ROCHA (2003), a principal alteração da espacialização da pobreza no Brasil foi a redução sustentada da pobreza rural. Tal mudança possui numerosas implicações, cujo novo perfil dos pobres vem requerer um conjunto mais complexo de políticas públicas, em prol da acentuada heterogeneidade da pobreza no meio urbano.

Contudo, o componente regional da pobreza se mantém. Ao observar os indicadores de renda ou quaisquer outros aspectos de condição de vida das pessoas e das famílias, a incidência de pobreza é maior no Norte e Nordeste, e sensivelmente mais baixa no Centro-Sul. Deste modo, é notório que apesar das profundas transformações por que passou o País em 30 anos, não foi possível romper com a herança de pobreza nessas regiões. Assim, verifica-se no Nordeste, que ao meio físico adverso, acrescentam-se condições precárias, o baixo nível de escolaridade e possibilidades muito limitadas dos governos locais de operar, em favor do desenvolvimento das atividades produtivas e da assistência da população.

A pobreza rural nordestina é essencialmente a pobreza típica de sociedades tradicionais que se situam à margem do crescimento urbano-industrial. Comparativamente à metrópole de São Paulo, o tamanho médio das famílias pobres no Nordeste é maior, e as crianças bem mais numerosas (ROCHA, 2003).

Minas Gerais é um dos estados que mais se destaca pelas disparidades regionais. Coexistem no estado regiões dinâmicas e modernas em contraste com regiões atrasadas e

⁶ AZZONI, C.; MENEZES-FILHO, N.; MENEZES, T.; SILVEIRA NETO, R. *Geografia e convergência da renda entre os estados brasileiros*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

estagnadas. A desigualdade de renda tende a ser menor nas regiões mais desenvolvidas. Belo Horizonte, como grande centro polarizador, tende a incluir os mais ricos do estado sem deixar de incluir um grande número de pobres (SIMÃO, 2004).

3 Análise avaliativa da pobreza conforme o desenvolvimento poligonal e macropólos: o macropólo de Belo Horizonte

3.1 Abordagens teóricas de classificação do território regional de acordo com as potencialidades regionais

Na primeira seção foi introduzida a importância da economia regional, concomitantemente à discussão em torno do conceito de pólo. Para a análise empírica deste trabalho, primeiramente é necessário conhecer as abordagens que se seguem.

DINIZ (1993) ressalta que a integração do mercado nacional, paralelamente às transformações nas economias de aglomeração, a desigualdade regional do gasto com pesquisa, além do mercado de trabalho e renda, dentre outros fatores, tendem a proporcionar um crescimento econômico brasileiro que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre⁷.

Esta região, que inclui o próprio Estado de São Paulo, poderia ser caracterizada como o polígono Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte⁸. Excluída a Área Metropolitana de São Paulo, tal região ampliou sua participação na produção industrial do País de 33 para 51%, entre 1970 e 1990 (DINIZ, 1993, P. 57).

Ainda que o país tenha uma população de cerca de 150 milhões de habitantes⁹, possui uma dimensão de mercado absoluta relativamente pequena, ao se comparar com outros países industrializados. Isso ocorre principalmente, pelo fato do nível de renda médio ser baixo e concentrado. Nesse sentido, um grande obstáculo para a desconcentração regional pode ser caracterizado pelo perfil da distribuição regional e pessoal de rendimentos (DINIZ, 1993).

LEMOS *et al.* (2003), procura identificar a nova configuração regional brasileira, identificando os pólos econômicos e suas respectivas áreas de influência, considerando três escalas territoriais, a ressaltar: micro, meso e macrorregiões. Segundo esse autor, na medida em que o espaço econômico organiza-se em torno dos lugares centrais, assim como suas áreas de mercado, abrem-se possibilidades para a reprodução de regiões bem como, áreas de desenvolvimento de economias regionais, havendo lugares com diferentes níveis de integração econômica paralelamente a sistemas hierarquizados intra-regionais. Deste modo, destaca-se o nível de terciarização como bom indicador de capacidade de polarização.

Foram estabelecidos 11 macropólos¹⁰: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife, Brasília/Goiânia¹¹, Belém e Manaus. As regiões consideradas pólos industriais são coincidentes com o polígono industrial identificado por DINIZ (1993). Conforme LEMOS *et al.* (2003):

O perfil de desenvolvimento desigual brasileiro completa-se pela desarticulação econômica de uma vasta área contígua de subsistência, intercalada por pequenas manchas de atividades mercantis, que se inicia no norte de Minas e termina no Nordeste setentrional e Norte do País (...) o poder de polarização dessas regiões é limitado a uma pequena área de influência. (LEMOS ET. AL., 2003, P. 688-689)

O autor ressalta ainda que o espaço regional brasileiro se beneficia das vantagens de localização em relação à proximidade ou distância de São Paulo em primeiro lugar, seguido do Rio de Janeiro. Isso é viabilizado em virtude dos efeitos de transbordamento e acessibilidade. Nesse

⁷ Ver DINIZ (2003).

⁸ Ver DINIZ (2003).

⁹ Dado estabelecido quando foi realizado o trabalho.

¹⁰ Foi produzida uma regionalização econômica desconsiderando a divisão político-administrativa da federação brasileira.

¹¹ Segundo os autores, como a região Centro-oeste é multipolarizada por Brasília e Goiânia, foram ambas englobadas em um único macropólo.

sentido, Belo Horizonte e Curitiba, por exemplo, se comportam com vantagens potenciais, dada a probabilidade de integração produtiva com a indústria de São Paulo, o mesmo pode ser observado com relação a Porto Alegre e o “multipólo”¹² que se forma no Centro-Oeste. Contudo, as áreas mais distantes dependem das posições pelas quais se inserem nacionalmente.

Nesse sentido, vale neste momento lembrar a importância da economia regional no sentido de analisar o espaço de maneira a obter uma melhor alocação de recursos. Além disso, é importante frisar o conceito de pólo abordado anteriormente, visto que o crescimento não ocorre ao mesmo momento em toda parte. Assim, a partir de agora faz-se uma ligação entre as visões de DINIZ (1993) e LEMOS *et al.* (2003) a fim de se avaliar as divergências regionais e urbanas no que tange a pobreza e a distribuição de renda.

3.2 Metodologia de análise

Diante do explicitado, este estudo pretende analisar a pobreza e distribuição de renda em pólos com base em indicadores sociais extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Este é um programa que gera tabelas, gráficos, mapas e relatórios a partir de 125 indicadores sociais e econômicos para os 5507 municípios brasileiros e as 27 unidades da Federação, baseados nas informações dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000, do IBGE. Aqui ressalta-se uma limitação a este estudo no que tange a uma provável defasagem dos dados.

Para tal análise foram selecionados quatro macropólos (conforme a classificação de LEMOS *et al.* (2003) com maiores PIBs (Produto Interno Bruto) em 2004, comuns ao polígono industrial elaborado por DINIZ (1993). Além disso, foram escolhidos mais quatro macropólos de acordo com o mesmo critério, contudo, localizados fora do polígono. A tabela abaixo lista a classificação dos macropólos conforme o PIB:

Tabela 1: Classificação dos macropólos segundo o PIB no ano de 2004

Capitais¹³	PIB (mil reais)
Rio de Janeiro	73.974.912
São Paulo	160.637.533
Belo Horizonte	24.513.367
Porto Alegre	15.944.201
Salvador	14.218.145
Curitiba	19.109.743
Recife	14.279.476
Brasília	43.521.629
Fortaleza	15.797.376
Goiânia	8.593.611
Belém	8.143.652
Manaus	29.677.838

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Foram selecionadas as seguintes microrregiões: Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Manaus e Fortaleza (fora do polígono); e São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (dentro do polígono). O objetivo do estudo foi o de estabelecer avaliações quanto à pobreza e desigualdade de renda intra e inter-polígono, observando a microrregião de Belo Horizonte (como representante do estado de Minas Gerais). Para tanto, devido à falta de dados para uma análise precisa considerando o ambiente pesquisado, assim como CHIARINI (2006), foi utilizado o IDH

¹² Brasília e Goiânia.

¹³ Para facilitar a análise do PIB, a tabela apresenta o referido indicador das principais localidades de influência das microrregiões escolhidas por LEMOS ET. AL. (2003).

como *proxy* para pobreza em vez de renda per capita, visto que o IDH mede o grau de desenvolvimento a partir de três dimensões: saúde, renda e educação.

Nesse sentido, de acordo com a definição teórica proposta com base em Amartya Sen, estas podem ser consideradas *proxies* para a pobreza. Apesar disso, foi analisado o percentual de renda domiciliar apropriada por faixas da população e intensidade da pobreza, extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano considerando o período de 1991 a 2000. É importante destacar que para a análise dos dados, a metodologia utilizada seguiu uma trajetória meramente descritiva, com posterior formulação de um modelo de regressão múltipla para representar a intensidade da pobreza na microrregião de Belo Horizonte.

3.3 Análise de resultados

Ao analisar o percentual da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres na região que está contida dentro do polígono industrial, verifica-se que o percentual diminuiu em praticamente todas as microrregiões no ano de 1991 em relação ao ano 2000, demonstrando uma provável queda na distribuição de renda de um ano em relação ao outro. O comportamento dessa distribuição é bem homogêneo dentro desses macropólos, destacando os maiores percentuais de apropriação da renda na microrregião de Porto Alegre, com destaque para o município de Nova Hartz, cujo percentual de renda apropriado pelos 20% mais pobres foi de 6,6% em 1991 passando para 6,24% em 2000. O macropólo de Belo Horizonte, segue a trajetória dos demais, apesar de abrigar alguns dos menores percentuais observados. Isso pode ser verificado conforme o gráfico que se segue:

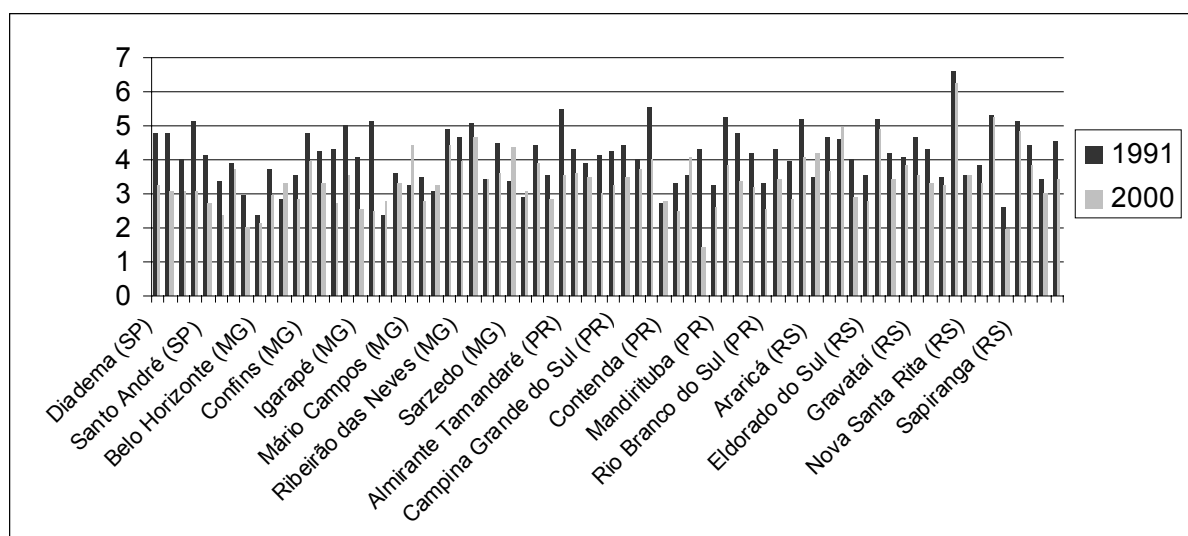


Gráfico 1: Porcentagem da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres intra-polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Quando se considera a porcentagem da renda em mãos das pessoas 20% mais ricas na mesma região analisada anteriormente, verifica-se uma distribuição ainda mais homogênea. Todavia, há uma melhora (na maioria dos casos) nos indicadores ao comparar o ano de 1991 com 2000, com destaque para o município de Nova Lima pertencente ao macropólo de Belo Horizonte, cujo percentual chega a 68,58% da renda apropriada pelos indivíduos mais ricos.

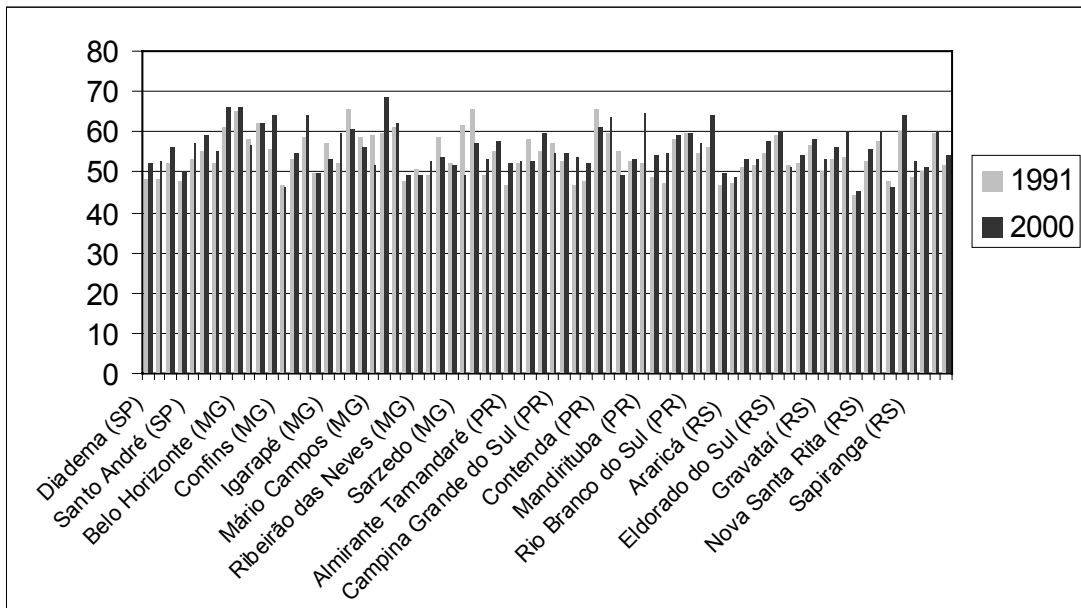


Gráfico 2: Porcentagem da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais ricos intra-polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Para os indivíduos 20% mais pobres situados nas microrregiões selecionadas fora do polígono, a tendência não é diferente da primeira analisada, no entanto, retrata-se uma maior heterogeneidade. Os menores percentuais são encontrados nas microrregiões de Manaus e Fortaleza. Por outro lado, são esses macropólos que também abrigavam os maiores percentuais em 1991, tendo a situação revertida em 2000 com destaque para a microrregião de Brasília/Goiânia. Os menores percentuais foram registrados no macropólo de Manaus nos municípios de Careiro e Manaquiri que em 2000, 0% da renda estava em mãos dos indivíduos 20% mais pobres.

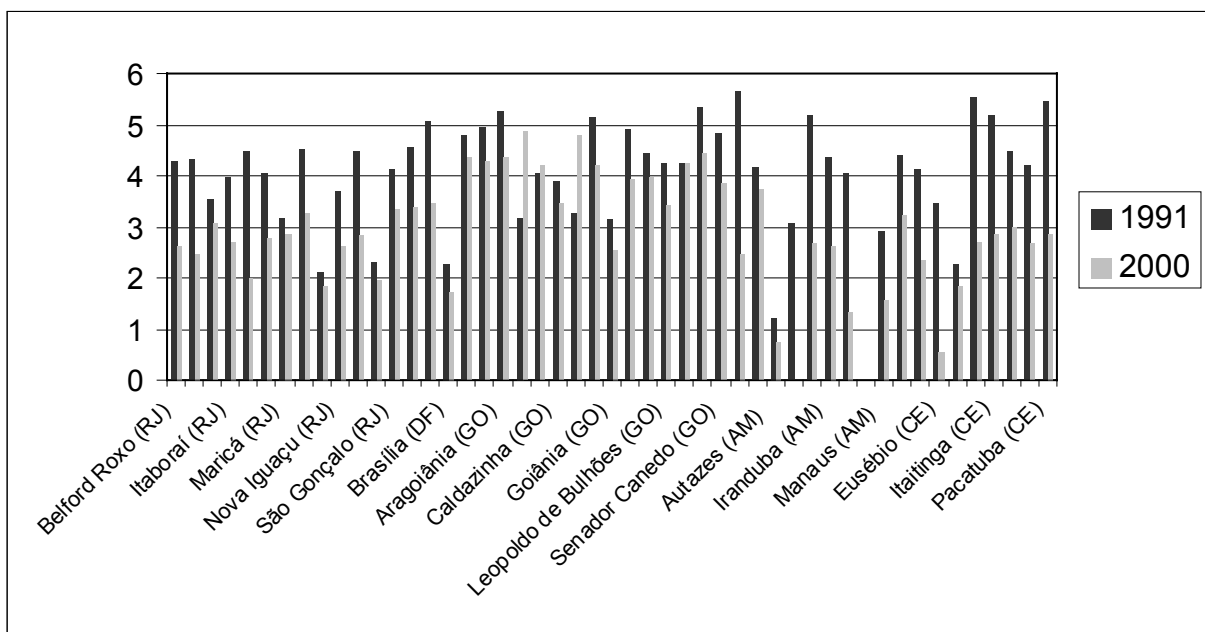


Gráfico 3: Porcentagem da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres nos macropólos fora do polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Fora do polígono, o percentual de renda apropriado pelos indivíduos 20% mais ricos também aumentou quase que unanimemente de 1991 para 2000. Isso pode ser observado no gráfico seguinte:

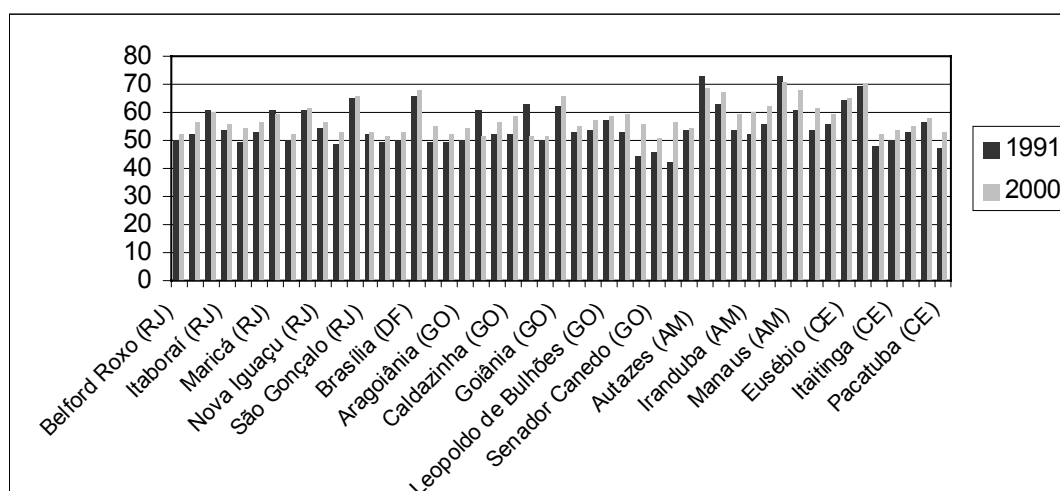


Gráfico 4: Porcentagem da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais ricos nos macrôpólos fora do polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Ao verificar a intensidade da pobreza nas microrregiões comuns ao polígono industrial de DINIZ (1993), em muitos dos casos, a pobreza era mais intensa em 1991 que em 2000, apesar disso, a intensidade da pobreza no Brasil aumentou de 49,18 em 1991 para 49,68 em 2000. Dentre os municípios da microrregião Belo Horizonte, o município com o melhor valor era Contagem, com um valor de 35,67, e o município com o pior valor era Brumadinho, com um valor de 47,24. Em termos de população, 449.588 (13,1%) pessoas viviam em municípios com a intensidade da pobreza entre 33,00 e 36,00; 2.086.803 (60,7%) entre 36,00 e 39,00; 686.103 (20,0%) entre 39,00 e 42,00; 101.055 (2,9%) entre 42,00 e 45,00; e 112.511 (3,3%) entre 45,00 e 48,00. Em 2000, dentre os municípios do macrôpólo de Belo Horizonte, o município com melhor valor era Rio Acima, com um valor de 33,37, e o município com o pior valor era Igarapé, com um valor de 50,32¹⁴.

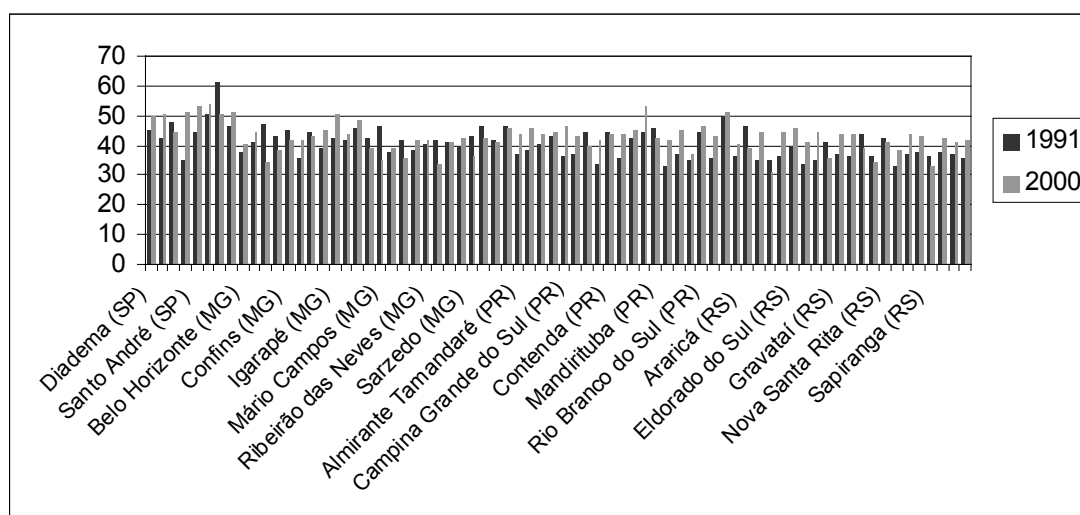


Gráfico 5: Intensidade da pobreza nos macrôpólos selecionados comuns ao polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

Fora do polígono, a intensidade da pobreza é destacável nos macrôpólos de Manaus e Fortaleza. Em 1991 dentre a microrregião de Manaus, o município com o melhor valor era Manaus, com um valor de 41,83, e o município com o pior valor era Manaquiri, com um valor de 67,27. Em 2000, o município com o melhor valor era Iranubia, com um valor de 48,79, e o município com o pior valor era Careiro, com um valor de 66,50. No caso do macrôpólo de Fortaleza, o município

¹⁴ Atlas do Desenvolvimento Humano.

com o melhor valor em 1991, era Fortaleza, com um valor de 43,90, e o município com o pior valor era Maranguape, com um valor de 52,09. Em 2000, o município com o melhor valor era Aquiraz com um valor de 43,12, e o município com o pior valor era Eusébio, com um valor de 55,92¹⁵.

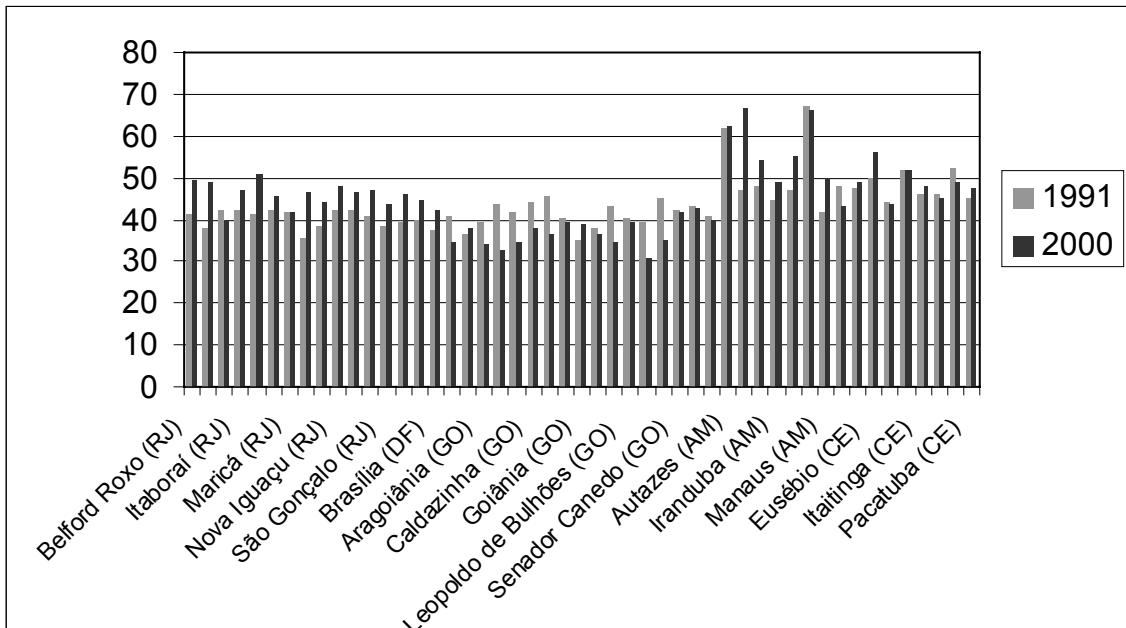


Gráfico 6: Intensidade da pobreza nos macrôpólos selecionados fora do polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

No que se refere ao IDH, verifica-se uma melhora do indicador, tanto dentro como fora do polígono (gráficos 7 e 8), visto que o índice no Brasil passou de 0,696 em 1991 para 0,766¹⁶ em 2000. Dentro do Polígono, os maiores IDHs são observados nos macrôpólos de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Nesta última microrregião o IDH não fica abaixo de 0,707. Fora do polígono, os maiores IDHs estão na microrregião do Rio de Janeiro e Brasília/Goiânia.

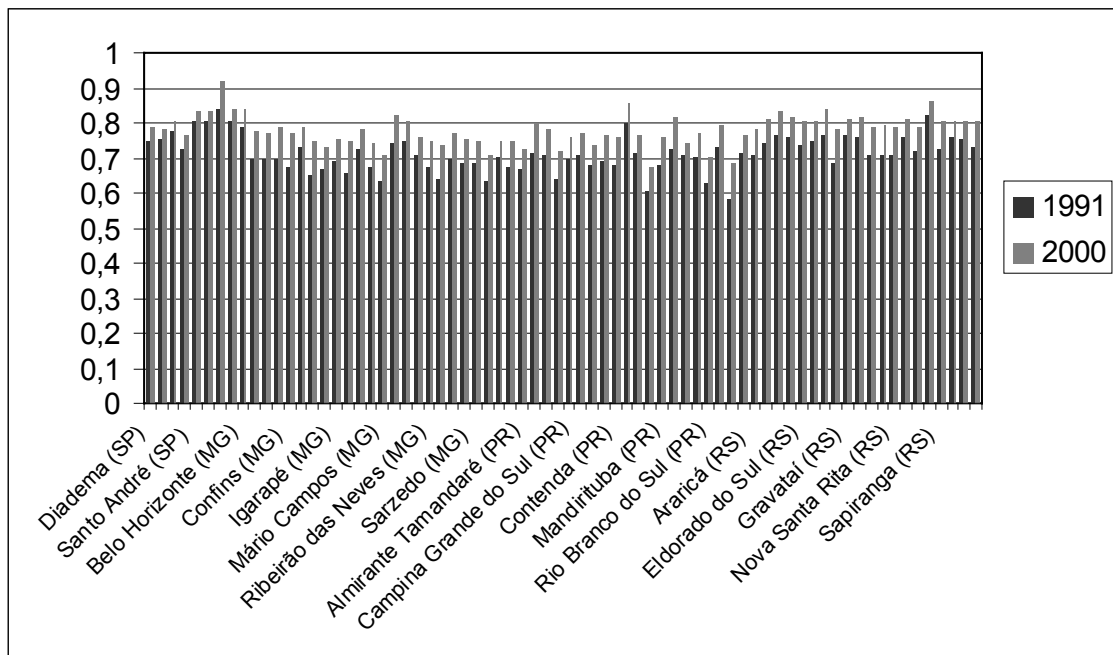


Gráfico 7: IDH dos macrôpólos situados no polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

¹⁵ Atlas do Desenvolvimento Humano.

¹⁶ O ideal é que esteja próximo de 1.

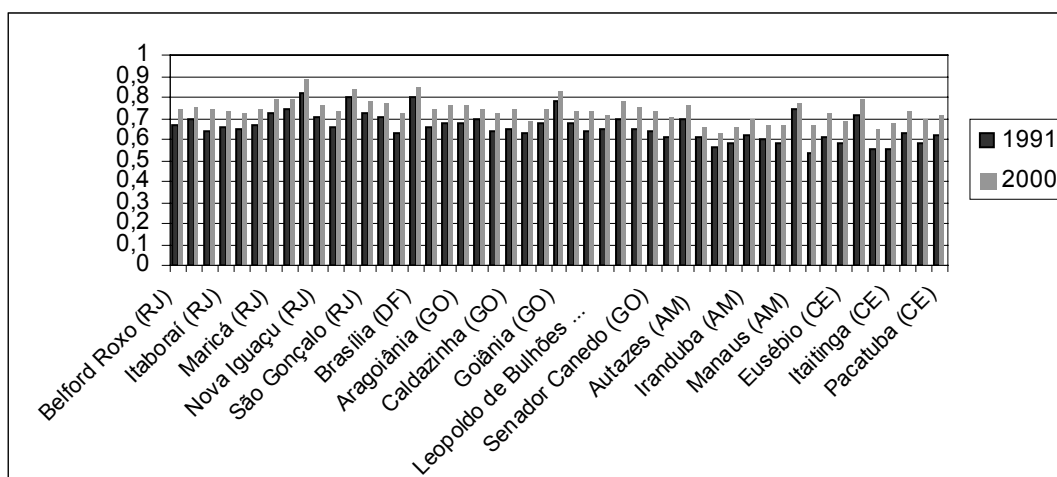


Gráfico 8: IDH dos macropólos fora do polígono

Fonte: Elaboração própria com base no Atlas do Desenvolvimento Humano.

A melhora do IDH frente a piora considerável de renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres, pode apontar para o fato de que não é uma segura *proxy* para se analisar a pobreza, mesmo quando se destaca que esse índice incorpora saúde e educação. Por outro lado, ao considerar a pobreza segundo as noções de necessidades básicas, privação relativa através de um enfoque que vai além da renda, pode-se constatar uma melhora da desigualdade, embora em pequenas dimensões.

Em suma, a dotação iniciação de recursos, bem como, variáveis geográficas que compõem o espaço, podem provocar desigualdades regionais e de renda. Muitas vezes as desigualdades intra-regiões são maiores que entre as mesmas. Isso se deve principalmente em virtude da heterogeneidade que a pobreza pode alcançar no meio urbano, culminando comumente no aumento da informalidade entre outros fatores. Observa-se que a intensidade da pobreza na microrregião de Belo Horizonte alcança níveis significantes. O perfil de distribuição regional e pessoal de rendimentos pode se configurar em um grande obstáculo para a desconcentração. Assim, verifica-se a possibilidade de reprodução de regiões em torno dos lugares centrais como São Paulo. É notável que as divergências entre as microrregiões fora do polígono são maiores, ao se comparar com os macropólos comuns ao polígono.

3.4 Intensidade da pobreza no macropólo de Belo Horizonte

A urbanização no Brasil foi sustentada em grande parte por uma indiscutível maioria de mão-de-obra barata e pobre. Apesar da abundância de tempos e espaços, prossegue em nível regional, a polaridade riqueza/pobreza entre o Nordeste e São Paulo e aderências como Belo Horizonte por exemplo. Em termos intra-regional e intra-urbano, as desigualdades se reproduzem. O crescimento econômico com a pobreza ascendente, movimento espontâneos na economia informal e estruturas econômicas formais se integram a fim de sustentar o crescimento metropolitano. A pobreza é vista como um entrave à expansão das grandes empresas, e por outro lado cria a proliferação das atividades informais. (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2002).

Os maiores IDHs em Minas Gerais são observados nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Campo das vertentes. Os menores valores estão nas mesorregiões do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Central Mineira, Noroeste de Minas e Zona da Mata (SIMÃO, 2004).

Diante das discrepâncias intra-regionais, foi observado que mesmo dentro da microrregião de Belo Horizonte (neste estudo, o macropólo localizado dentro do polígono, representando o Estado de Minas Gerais), a intensidade da pobreza alcança relevantes proporções.

Nesse sentido, foi traçado no programa *Stata*, com base nas variáveis selecionadas, um simples modelo de regressão múltipla, com a composição da intensidade da pobreza no macropólo de Belo Horizonte para o ano de 2000. O modelo é apresentado da seguinte forma:

$$\text{INTENSIDADE DA POBREZA} = \beta_0 + \beta_1(\text{IDH 2000}) + \beta_2(\text{RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20\% MAIS POBRES}) + \beta_3(\text{RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20\% MAIS RICOS}) + u$$

Os parâmetros dessa regressão são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2: Parâmetros do modelo de regressão múltipla – Intensidade da pobreza em Belo Horizonte/2000

INTENSIDADE DA POBREZA	Coefficientes	Erro padrão	t	P-valor
RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20% MAIS POBRES	-7.836938	1.056655	-7.42	0.000
RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20% MAIS RICOS	-.6852965	.1302614	-5.26	0.000
IDH 2000	-7.338588	19.15908	-0.38	0.706

Fonte: Elaboração própria no programa *Stata*, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

O conjunto de variáveis dependentes, explicam a intensidade da pobreza em 73%. Embora o p-valor seja significativo nas variáveis “RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20% MAIS POBRES” e “RENDA APROPRIADA DOS INDIVÍDUOS 20% MAIS RICOS”, o t de *Student* é relativamente baixo apontando para um erro padrão elevado nos betas correspondentes. Ao nível de significância de 5%, verifica-se que tais variáveis são significativas para o modelo. Ao contrário, o “IDH 2000”, não é significativo possivelmente porque este é relativamente elevado na microrregião de Belo Horizonte. Ao passar da renda apropriada dos indivíduos 20% mais pobres para a dos indivíduos 20% mais ricos verifica-se que ambas influenciam negativamente a intensidade da pobreza. Contudo, evidentemente que esta primeira influencia em proporções mais elevadas que a segunda, ou seja, quanto maior a parcela de renda apropriada por cidadãos 20% mais pobres, menor a intensidade da pobreza.

Tendo em vista o modelo apresentado, essas desigualdades regionais de renda e de riqueza resultam da tendência à concentração, centralização e a aglomeração geográfica. Diante disso, em 2007, objetivando contornar tal situação a Política Nacional de Desenvolvimento Regional visa minimizar as discrepâncias regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo governo federal.

Isso porque, conforme pôde ser verificado, no Brasil, as diferenças regionais são um fator de limitação ao processo de desenvolvimento. A unidade da federação com o Produto Interno Bruto per capita (a preços mercado) mais elevado supera em cerca de 9 vezes o da unidade pior situada neste indicador. Essas diferenças de envergadura de produção refletem-se diretamente sobre perspectivas de qualidade de vida das populações que residem nos estados mais pobres. (PNDR, 2007). A desigualdade regional se dá em decorrência da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto impõe a outros condição de estagnação e ao desperdício de fatores produtivos (PNDR, 2007).

Então, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) procura minimizar as discrepâncias regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo governo federal. Cabe à PNDR oferecer parâmetros para que o Ministério da Integração Nacional e demais instituições de coordenação do governo federal possam definir prioridades e organizar iniciativas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Considerações finais

Por meio dessa análise foi possível perceber que Economia Regional procura analisar o espaço de forma a obter alocações eficientes de recursos. Ao verificar o dinamismo que compõe o conceito de região, verifica-se que os espaços econômicos, bem como, as regiões podem se classificados em homogêneos, polarizados ou definidos por um plano (programa). Disto resultam as desigualdades regionais de renda e de riqueza, exatamente pela tendência à centralização, concentração e a aglomeração geográfica e urbana, que são frutos da organização capitalista de produção. Com base nisto, entende-se que o crescimento não ocorre ao mesmo tempo em toda parte, manifestando-se em pólos de crescimento que possuem diversas maneiras de expansão. As desigualdades durante esse processo em pólos são vistas como inerentes a ele.

Neste contexto, este artigo, abordou o conceito de pobreza que é um estado de carências de determinados indivíduos ou população, no que tange a sua impossibilidade de aquisição de renda, limitando-os quanto à obtenção de itens essenciais tais como: alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. Assim, são mencionadas as abordagens teóricas com base em Amartya Sen a fim de multidimensionar a pobreza.

Os acentuados níveis da desigualdade e distribuição de renda colocam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, sendo desigualdade entre as regiões, um componente importante da desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Desta maneira, este estudo avaliou a pobreza e distribuição de renda no Brasil com base em indicadores sociais extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Para tanto, foram utilizadas as vertentes teóricas de DINIZ (1993) e LEMOS *et al.* (2003).

Os resultados apontam para uma homogeneidade da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres dentro do polígono industrial. Quando são considerados os indivíduos 20% mais ricos verifica-se que a posse de renda é ainda mais homogênea. No caso dos indivíduos 20% mais pobres localizados nos macropólos fora do polígono, observa-se que a distribuição perde o critério de homogeneidade.

É importante notar que, quando é analisada a parcela de renda apropriada pela população 20% mais pobre, ocorre um aumento da pobreza de 1991 em relação a 2000. Em contrapartida, isso não se verifica quando se trata dos indivíduos 20% mais ricos, mostrando uma trajetória no sentido contrário. O macropólo de Belo Horizonte, segue a trajetória dos demais, apesar de abrigar alguns dos menores percentuais observados. Os resultados evidenciam a má distribuição e concentração de renda no Brasil, em posse de uma minoria.

Quando o critério de análise é a intensidade da pobreza, os dados afirmam que dentro do polígono em muitos casos, a pobreza é mais intensa em 1991 que em 2000. Quanto à microrregião de Belo Horizonte, verifica-se que em alguns municípios a intensidade da pobreza aumentou de 1991 em relação a 2000. Além disso, é observável que mesmo nesta microrregião a pobreza alcança relevante intensidade, isso provavelmente se deve ao fato de que o crescimento econômico com a pobreza ascendente, movimento espontâneos na economia informal e estruturas econômicas formais se integram a fim de sustentar o crescimento metropolitano. Fora do polígono, não é surpreendente que a pobreza alcança intensidade da destacável nos macropólos de Manaus e Fortaleza.

Por outro lado, no tange ao IDH, constatou-se uma melhora do mesmo, tanto dentro como fora do polígono. Dentro do Polígono, os maiores IDHs são observados nos macropólos de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Fora do polígono, os maiores IDHs estão na microrregião do Rio de Janeiro e Brasília/Goiânia.

Em síntese, não se pode dizer que houve mudança estrutural na desigualdade de renda no Brasil, nos anos analisados. É inegável que houve melhora no IDH, entretanto, a desigualdade não desapareceu, principalmente quando se observa os outros indicadores apontados. Deste modo, em termos intra-regional e intra-urbano, as desigualdades se reproduzem culminando em características regionais e urbanas que influenciam o desenvolvimento e a polarização. Na microrregião de Belo Horizonte, foi possível verificar por meio do modelo de regressão apresentado que a intensidade da pobreza é diminuída quando há uma parcela da renda apropriada pelos indivíduos 20% mais pobres, e aumenta quando, o mesmo, ocorre com os indivíduos 20% mais ricos.

No Brasil, as diferenças regionais são um fator de limitação ao processo de desenvolvimento e urbanização. Essas diferenças de envergadura de produção refletem-se diretamente sobre perspectivas de qualidade de vida das populações que residem nos estados mais pobres. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional visa minimizar as discrepâncias regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo governo federal. Cabe a ela oferecer para que as instituições de coordenação do governo federal possam definir prioridades e organizar iniciativas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Referências Bibliográficas

AZZONI, C.; MENEZES-FILHO, N.; MENEZES, T.; SILVEIRA NETO, R. *Geografia e convergência da renda entre os estados brasileiros*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. . In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; LEITE, P. G. *Mercado de trabalho e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A.C. e ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, Editora Alínea, 2007.

CHIARINI, T. *Pobreza e meio ambiente no Brasil Urbano*. *Economia Ensaios*, Uberlândia, 20(2) e (1): 7-33, jul./dez. 006.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n 1, Setembro, p. 35-64, 1993;

DUCLOS, J., ARAAR, A E FORTIN, C, 2002. *DAD: Distributive Analysis – User manual*. Univesité laval, Canadá.

FERREIRA, Carlos Maurício. Espaço, Região e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo. *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 45-65, 1989;

KAGEYAMA, Ângela, HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza: uma perspectiva multidimensional. In: *Economia e Sociedade*. Unicamp. Campinas, v. 15, n.1, p. 79-112, jan./jun. 2006.

KUKLYS, W. *Amartya Sen's Capability Approach: Theoretical Insights and Empirical Applications*. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2005.

LEMOS, Mauro.; DINIZ, Clélio; GUERRA, Leonardo; MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. In: *Estudos Econômicos*, V. 33, N. 4, p. 665-700, outubro-dezembro, 2003;

HIRSCHMAN, A., Transmissão Inter-regional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 2)

HOFFMANN, R. *Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IDH-M. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 1991-200.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: < <http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 20/12/2007.

IPEA/IBGE/Unicamp. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

MARTINS, H. E. P. et al. *Urbanização, migração e emprego: uma análise de Municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas*. São Paulo: PESQUISA & DEBATE volume 18, número 2 (32) pp. 283-305, 2007.

PARREIRAS, M. A. *Os determinantes da distribuição de renda sob uma abordagem estruturalista: um estudo de caso para o Brasil*. Rio de Janeiro: Oikos, n°5, 2006.

PERROUX, F. - O Conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 5)

PNDR. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2007.

RAVALLION, M. *Pro-Poor Growth: A Primer*. Washington: World Bank, 2004.

ROCHA, S. (1996). "Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social". In *Economia e Sociedade*, n° 6, pp. 141-152.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. (cap. 10)

SEN, A.K. *Poverty and famines: na essay on entitlement na deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SIMÃO, R. C. S. *Distribuição de Renda e pobreza no Estado de Minas Gerais*. São Paulo: USP, 2004.